
Carvão para seus olhos tocarem: processo de arte com narrativas de deslocamento e fluxo de carvão abaixo da linha equatorial

Ruy César Campos Figueiredo [1]

Resumo: O artigo busca contextualizar e promover uma espécie de contato com o carvão mineral que é encontrado na paisagem do Pecém, praia e distrito industrial do litoral do Ceará. O pó do carvão afeta o ambiente, os corpos e comunidades que vivem no entorno de indústrias da região. A partir dessa materialidade, apresentam-se as narrativas de deslocamento tanto de uma comunidade afetada no Brasil pelo pó do carvão quanto de uma comunidade em La Guajira, norte da Colômbia, lugar de onde o carvão encontrado no Ceará é extraído. As duas narrativas, conectadas por meio de um projeto de artes, evidenciam toda uma lógica de desenvolvimento industrial aplicada em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, situando fluxos econômicos no Sul Global que ensejam o Antropoceno.

Palavras-chave: Arte. Deslocamento. Carvão.

Coal for your eyes to touch: art process with narratives of displacement
and flows of coal down the equatorial line

Abstract: This article aims to contextualize and promote a kind of contact with coal found in the landscape of Pecém, a beach and industrial complex in northeast Brazil. The coal affects the environment, bodies and communities that live around industries in the region. Following this materiality, narratives of displacement are presented both from a Brazilian community perspective and from a Colombian community perspective, since La Guajira, in north Colombia, is the place where the coal that ends up in northeast Brazil is extracted from. These two narratives, connected by means of an art project, give evidence to a whole logic of industrial development applied in sub and underdeveloped countries, situating economic flows in the Global South that engender the Anthropocene.

Keywords: Art. Displacement. Coal.

[1] Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Ceará - UFC, Bacharel em Audiovisual e Novas Mídias pela Universidade de Fortaleza. E-mail: czr.campos@gmail.com.

Arte, ambiente e deslocamento: uma narrativa situada

Antes do início da pesquisa que se introduz, recordo-me de ter ido apenas uma vez, quando adolescente, ao Pecém, litoral do Ceará. O que mais me marcou da experiência do lugar, já nesse período, em torno da metade da década de 2000, foi a sensação de degradação ambiental enquanto caminhava na areia da praia e decidia me recusar a tomar banho naquele mar. A viagem foi um ruído desagradável no consumo esporádico, por parte de uma família de classe média de Fortaleza, das paisagens turísticas do litoral. Refletindo hoje, percebo que foi uma experiência marcante de estranhamento fenomenológico, uma sensação corporificada de poluição fora da qual estava habituado a ter na cidade. Esse estranhamento não me era facilmente explicável, visto que eu não conseguia identificar exatamente o que me fazia perceber o ambiente como poluído, expressar a razão pela qual aquela praia me provocou essa sensação. Entre esse episódio e meu retorno ao distrito, no ano de 2016, quando iniciei esta pesquisa, houve uma intensificação do desenvolvimento econômico do lugar, através da consolidação do projeto do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), e dos seus efeitos em termos socioambientais.

Em novembro de 2015, o episódio ocorrido com o Rio Doce, em Minas Gerais, deu-se no mesmo período em que eu estudava textos que relacionam a arte com o antropoceno (DAVID & TURPIN, 2015). A dimensão ainda não calculada do crime-catástrofe que atingiu Mariana e sua relação com esse contexto colocam um campo vasto de questões para os pesquisadores de todas as áreas no país.

Parte dessas questões começaram a se colocar para mim e, em janeiro de 2016, envolvido por tais questões e desejos de criação e pesquisa, deparei-me com a notícia, no jornal cearense O Povo, do vazamento de “duas toneladas” de carvão mineral no mar do Porto do Pecém (RODRIGUES, 2016). O fato coaduna com a afirmação de Araújo, Freitas e Albuquerque (2009) sobre os possíveis danos ambientais que o Pecém poderia sofrer a partir do CIPP:

Deve-se ressaltar que as principais formas de poluição nas áreas portuárias estão associadas ao embarque, desembarque, transporte e manuseio de produtos derivados de petróleo ou produtos químicos que, por imprudência, imperícia ou acidente podem ser lançados no meio ambiente.

As notícias com que fui me deparando sobre o Pecém, além de apresentarem tal fato do vazamento no mar, também traziam uma série de outras denúncias de problemas ambientais que estavam ocorrendo na região, apontadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), órgão que afirmou já ter constatado uma “série de irregularidades envolvendo o empreendimento”. Tais como “problemas no licenciamento ambiental, dispersão de partículas de carvão e o excesso de ruídos do funcionamento da correia transportadora” (RODRIGUES, 2016).

A partir daí, comecei a pesquisar mais sobre o lugar, aproximando as informações que fui obtendo sobre as questões ambientais latentes com os fatos comoventes que fui acompanhando sobre o Rio Doce, sobre as populações que em torno dele viviam e que se viram envolvidas por processos de deslocamento forçado devido às alterações

ambientais causadas pela imprudência da indústria da mineração. Ainda que os casos sejam bastante diferentes, ambos estão relacionados não só por serem empreendimentos que envolvem parcialmente uma mesma companhia, a Vale do Rio Doce, mas também devido ao fato de que ambos os lugares são palcos de uma mesma política de desenvolvimento nacional, mais especificamente o

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o grande trunfo da gestão Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016), [que] seguiu à risca o processo desterritorializante neoliberal. As grandes obras, como as do PAC, as da Copa do Mundo, as usinas hidrelétricas, realizam-se por meio da remoção de pessoas de seus territórios, desconsiderando seus modos de vida, num movimento acelerado e violento de reterritorialização. A remuneração do capital fica no centro da equação, ignorando a dimensão social. Os oligopólios empresariais aproveitam-se do mito da desterritorialização para avançar em medidas de desmantelamento do Estado, pressionando os governos à medida que impõem seus investimentos, implicando em políticas públicas de roupagem social, mas que não passam de um “espaço de saída para um capital financeiro excedente global”. Em vez de políticas sociais, temos, assim, políticas econômico-financeiras (ROGATTNIERI, CASTAÑEDA, 2015).

Interessa-me a forma com que Rogattnieri e Castañeda (2015) dimensionam o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco S.A., em Mariana, em seu caráter social, ambiental, geológico e político, refletindo sobre como tais políticas de desenvolvimento desconsideram o lugar e as populações que o habitam, posicionando-os como passivos diante do consumo e da destruição “aceleracionista”:

A contaminação do Rio Doce é a catástrofe Brasil. Chora-se em suas beiradas o luto por algo que já foi. O Rio Doce é “intruso” nessa dinâmica do plano de aceleração de crescimento, como numa fala de um general da ditadura militar, no livro de Pozzobon (2013, p.19): “tudo aquilo que estiver entre o Brasil e seus objetivos será eliminado”. Isso porque, embora seja vital para a vida dos humanos, o Rio Doce foi utilizado pela humanidade com olhos para suas necessidades econômicas. Com o crime-catástrofe ambiental, há uma guinada: o Rio Doce é o sujeito dessa história natural ditada pela humanidade ocidental tal como a conhecemos, em seu âmago aceleracionista, marcada pela destruição e pelo consumo. Como em muitas notícias relacionadas ao meio ambiente, na guerra de imagens, o Rio Doce não tem voz, é passivo na maioria delas. Sem ponto de vista, não é escutado. Abusamos de suas imagens; chocados, compartilhamos desesperadamente a impactante foto do rio atravessado pela lama tóxica da Samarco - Vale/BHP. (ROGATTNIERI, CASTAÑEDA, 2015).

Os problemas com os quais se pode se deparar no Pecém não posicionam seu ambiente ainda como algo que “já foi”, algo que morreu completamente, mas consistem em eventos que estão ainda começando a mostrar seus efeitos, tanto para o ambiente em si quanto para as pessoas que o habitam, principalmente a partir da presença do carvão mineral, que, a mim, se mostrou presente primeiramente a partir de notícias pouco repercutidas, em dramáticas narrativas de poluição ambiental no distrito.

Passou a ser importante refletir, então, como essa projeção industrial do Ceará na ordem do capital financeiro internacional, através do CIPP, com projetos de termelétrica e siderúrgica (dependentes do consumo de carvão), inseriu no ambiente e na experiência

do lugar toneladas de carvão mineral em fluxo e transformação constantes, entrando-se no corpo das pessoas que vivem próximo aos lugares de estocagem e transporte. Em outras palavras, também me interessou dimensionar aspectos do Pecém de um ponto de vista social, ambiental e político e é daí que surge meu projeto de arte, pesquisa, performance e videoarte Carvão Para Seus Olhos Tocarem.

Localizado no município de São Gonçalo do Amarante, no Ceará, o distrito do Pecém é palco de um projeto estratégico de desenvolvimento estadual, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, previsto no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995-1998, integrado, no âmbito federal, aos programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, e que tinha, de acordo com estudo da Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE, 2013, p. 28), como um de seus objetivos,

reestruturar o parque industrial cearense a partir da promoção de atividades industriais estruturantes, cuja dinâmica iria repercutir em vários setores da economia cearense, colocando, portanto, o ritmo de crescimento e de desenvolvimento estadual em um novo patamar.

O complexo previa contar, inicialmente, com uma usina siderúrgica, usinas termelétricas, uma refinaria de petróleo, uma unidade de regaseificação de gás natural liquefeito GNL e um centro de tancagem de combustíveis. O Complexo Portuário do Pecém foi inaugurado em 2002, tendo sido decretada uma área de interesse estadual de cerca de 335 km² em 1996 (Decreto N.º 24.032, de 6 de março de 1996), dando-se início, ainda na década de 1990, a uma série de processos de desapropriação e deslocamentos que, no geral,

sempre estiveram envoltos de polêmicas e problemáticas que são apontadas brevemente no estudo da ALCE (2013). De acordo com o estudo:

Os Planos de Reassentamento são feitos para áreas específicas e, na atual fase de implantação do projeto, estão em execução os Planos de Reassentamento da CSP que abrange uma área de 993 ha, e da Refinaria Premium II da Petrobras, com uma área de 1930 ha. Segundo o Idace, a estratégia de reassentamento atinge apenas uma parcela da população a ser desapropriada, aquela cuja solução de moradia requer transferência para uma nova propriedade. Ou seja, a parte da população tida como menos favorecida, que, por conseguinte, terá mais dificuldade de readaptação e sustentabilidade de suas vidas e de suas famílias. As famílias desapropriadas a partir da implantação do CIPP foram realocadas em sete assentamentos, sendo os três primeiros relativos às áreas de construção do Porto do Pecém e os quatro seguintes destinados a liberação de áreas para a construção da CSP e da Refinaria Premium II da Petrobras.

O presente trabalho tem, como mencionado anteriormente, como um de seus focos, narrativas de pessoas que estão inseridas nesse contexto, afetadas por essa política de desenvolvimento industrial e que vivem em uma comunidade da região. A comunidade do Assentamento da Parada passa atualmente o seu cotidiano sob a dúvida e a possibilidade de ser deslocada devido a um contexto de poluição ambiental relacionado ao pó de minério e carvão, mas já foi retirada, em 2010, da localidade do Tapuio. Hoje, encontra-se ao lado do Jardim Botânico de São Gonçalo do Amarante, conforme o Tapuio, onde viviam, se encontrou sob interesse de construção da Refinaria Premium II da Petrobras[2].

O processo de envolvimento com tal comunidade, durante a pesquisa, foi totalmente mediado por ações de caráter artístico, principalmente produções de vídeo e performances. Uma das intenções era aprofundar-se em como a arte, enquanto pesquisa, pode colaborar e afetar as discussões em torno de meio-ambiente, mudança climática e seus efeitos em termos de processos de deslocamento em populações humanas. Uma das referências mais significativas nesse processo foram Hjorth, Pink e Sharp (2016). As autoras fazem longo estudo sobre práticas artísticas na Ásia, apontando como as questões de mudança climática e meio-ambiente, ao serem reposicionadas por artistas ou ativistas, fazem visíveis novas formas de resistência que contestam aspectos da cultura de consumo entre as bordas nacionais e transnacionais. A presente pesquisa e seus efeitos enquanto arte se aproximam da orientação ecológica de arte ambiental, pensando ambiente como

uma ecologia da qual somos parte de e temos um mútuo relacionamento com. Muda conforme mudamos, e ambos damos forma e somos formados a e por ele. Tal compreensão processual, não representacional do ambiente está mais conectada com uma compreensão distinta de agência humana, da resiliência e a relacionabilidade das coisas do que com um foco nas categorias representacionais que destacamos anteriormente. Nos convida a tratar tanto a agência humana e as intervenções no mundo como emergindo de um mundo processual na qual elas são parte, em vez de ser planejada ou preconcebida para afetar ao mundo do qual são separadas (HJORTH et. al., p. 25, 2016, tradução nossa[3]).

Ao abordarem as relações entre arte e ecologia, elas fornecem, portanto, uma

compreensão de ambiente que não nos permite esquecermos que tal termo se refere ao mundo que habitamos e não a um mundo que olhamos a distância; um mundo do qual somos parte, e é através da prática de o estar habitando que nos percebemos parte dele. Chama a atenção como as autoras apontam maneiras às quais a crise ecológica se coloca para a experiência de existência ambiental no planeta e no processamento dessa dimensão pela arte, assim como a experiência perceptiva desse contexto.

O projeto Carvão Para Seus Olhos Tocarem, nesse contexto, participou, através de um vídeo arte, do Now&After International VideoArt Festival, que, em 2016, tinha o tema “Ecologia Sem Fronteiras”, ocorrendo no State Darwin Museum, o primeiro museu de história natural com um enquadramento darwinista, inaugurado em 1907. O texto curatorial do festival assim contextualiza os trabalhos e a presença deles em um museu de história natural:

Falando sobre a ecologia em um sentido amplo, nós geralmente temos em mente um componente ético. Os participantes do festival - artistas de dezoito países - apresentam seus trabalhos de vídeo dedicados a tópicos tais como a interação entre organismos e o ambiente; a manutenção do equilíbrio ecológico e catástrofes ambientais; a ecologia dos relacionamentos entre as pessoas e entre humanos e animais; ecologia social e cultura; alienação da natureza e mistura com essa; poluição ambiental e a preservação de patrimônios naturais. Esses trabalhos são poéticos e filosóficos, exploratórios e empíricos. Eles predizem o futuro, vagam profundamente pelo presente e dialogam com o passado. [...] O local de exibição do festival, o State Darwin Museum, é um dos maiores museus de história natural da Europa. Os artistas complementam sua

extensa coleção científica com seus estudos. (NOW&AFTER CATALOGUE, tradução nossa[4]).

A relação desse contexto ambiental e artístico com teorias ecocríticas de pesquisa acadêmica baseada na prática, assim como com formas culturais específicas de ecocrítica que se desenvolveram desafiando os modelos normativos de natureza e os problemas ambientais que os acompanham, são apontadas por Hjorth et. al. (2016): as perspectivas ecocríticas colocaram, para as autoras, desafios persuasivos às alegações dominantes de representação da natureza, tanto através da escrita quanto através da materialidade das práticas artísticas.

Nesse viés, Andrew Brown, ao escrever sobre a relação entre arte e ecologia, sugere que as questões ambientais se tornaram “parte do mainstream artístico” (HJORTH et. al., p. 51), marcado por exposições internacionais, conferências e festivais com temas ecológicos, de maneira que “artists of all kinds are being commissioned in ever greater numbers to explore humankind’s impact on the planet” (BROWN, 2014, p. 5). Para o autor, a arte que busca responder às questões do ambiente saiu da periferia e está posicionada no centro do debate que envolve a arte e a sociedade. Os artistas, nesse contexto, buscam por caminhos alternativos para imaginar e se engajar com o ambiente, ecoando uma tradição ecocrítica de pesquisa que tende a lançar foco sobre questões que são geradas em níveis locais, regionais e globais associadas ao desenvolvimento industrial, intensificação urbana e as questões concomitantes de poluição, contaminação e mudança climática (HJORTH et. al., 2016, p. 129). Destaca-se, no estudo das autoras, como as vidas locais e

os lugares podem ser violentamente destruídos por políticas de estado, através de um comprometimento com um modelo de crescimento econômico atado ao capital internacional e indústrias relacionadas à altas emissões de carbono (como as siderúrgicas, termelétricas e refinarias).

Percursos, fluxos e processos: no rastro do carvão entre o Ceará e La Guajira

O carvão se forma através do acúmulo de matéria vegetal, que é coberta por sedimentos e comprimida com o passar do tempo. As condições de baixo oxigênio resultam na concentração de carbono comprimido com outros componentes de matéria vegetal, como oxigênio, hidrogênio e água. O período Carbonífero recebeu tal nome nos estudos geológicos devido às suas condições marcadas pela formação em grande quantidade de carvão em todo o mundo, quando pântanos inteiros foram sedimentados, comprimidos e transformados em matéria, cerca de 350-250 milhões de anos atrás.

Para Bjureby et. al. (2008), todos os processos atuais de uso do carvão, da extração à combustão, são prejudiciais ao ambiente. Suas partículas, o dióxido sulfúrico (SO²) e o dióxido de nitrogênio (NO²) são produzidos em larga escala no seu processo de combustão, assim como o dióxido de carbono (CO²), gás que é o maior contribuinte para a mudança climática provocada pelo homem.

Os custos ambientais do carvão são os danos resultantes da sua extração, processamento, transporte e combustão. Inclui-se aí a mudança climática, a poluição do ar e das águas, assim como a degradação do solo. Mesmo sobre um sistema

completo de direitos de propriedade, livre comércio e sistemas legais eficientes, esses danos não são evitados. [...] A extração, o processamento, o transporte e a combustão de carvão produz águas residuais, poluição aérea e resíduos sólidos que danificam os sistemas aquíferos assim como provocam doenças respiratórias em humanos. [...] Os danos ambientais da extração do carvão incluem poluição das águas, do ar e sonora, assim como impacto aos aquíferos, sistemas de água e a terra. Os resíduos em água do processamento do carvão causam poluição das águas e danificam ecossistemas. O espalhamento do pó do carvão, assim como outros problemas ambientais, ocorre com o seu transporte. Danos da combustão do carvão incluem poluição do ar resultando do pó, NOx, enxofre (SOx), CO² e mercúrio. Esses poluentes causam doenças respiratórias e impactam seriamente a saúde pública. (YUSHI, HONG e FUQIANG, 2008, p. 6, tradução nossa[5]).

Nesse sentido, houve questionamentos sobre a construção da siderúrgica MPX, de capital da Vale e das coreanas Posco e Dongkuk, por parte do Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE), que, através dos procuradores da República Alessandro Sales e Márcio Torres, entrou com uma Ação Civil Pública pedindo a paralisação das obras do empreendimento, alegando que, quando em funcionamento, poderia ocasionar danos aos ecossistemas da zona costeira. O carvão mineral que é usado como matriz energética da siderúrgica da MPX, assim como da termelétrica instalada na região do Pecém, foi o alvo dos questionamentos. Na época, o defensor público de São Gonçalo do Amarante, Thiago Tozzi, também alegava danos ambientais para buscar barrar o empreendimento.

Conforme fui tendo contato com todas essas informações e relatos, através de matérias

jornalísticas, sobre a presença do carvão mineral e seu contexto de contaminação no Pecém, organizei-me para retornar ao lugar a que antes havia ido apenas adolescente, não mais com um olhar meramente turístico, mas com um olhar de pesquisador-artista e de cidadão. Surpreendeu-me, ao chegar ao lugar, sua paisagem marcada pela presença maquinica da Esteira Transportadora de Minério cortando as dunas de areia, assim como a presença dos outros elementos que compõem o complexo industrial.

Minhas primeiras idas ao lugar enquanto pesquisador-artista estiveram direcionadas a um interesse, principalmente, por aprofundar a sensação que havia tido quando estive lá há mais de dez anos: o estranhamento diante da poluição e do cenário de convivência entre o industrial e o típico litoral cearense. Esse aprofundamento se deu através da observação da paisagem, da ação de circular por lugares do distrito e ir buscando sentir as presenças maquinicas que cortam suas dunas, vegetação e lagoas, assim como através do contato com o carvão mineral. A busca pela sensação de tais presenças e de tal ambiente esteve mediada, não continuamente, pelo uso de uma câmera DSLR, que, a princípio, foi utilizada para o registro fotográfico e, apenas depois, para registros videográficos.

Diante de tudo o que havia lido sobre carvão mineral e sua presença, sentia a necessidade de o encontrar e coletar, ainda que não soubesse exatamente o que faria com ele a princípio. Percorri, assim, diferentes pontos do distrito industrial para ter uma experiência com o lugar e sua paisagem, bastante direcionado então à presença maquinica da Esteira Transportadora de Minério. A Esteira possui uma estrada de terra acompanhando

seu percurso, que se encontrava sem avisos de restrição ao acesso, quando comecei a frequentar a região. Ao adentrar nessa estrada, produzi fotografias, observei o entorno, subi nas dunas, assim como coletei pedras de carvão que estavam misturadas com a areia. Acabei sendo surpreendido, depois de um tempo, pela presença de seguranças privados que me avisaram, respeitosa, ainda que tensamente, da impossibilidade de que eu permanecesse ali.



Figura 1 - Esteira Transportadora de Minério

Fonte: Arquivo Pessoal

Fui descobrindo, através de documentos da própria MPX (2011), uma dimensão geográfica maior dos problemas relacionados ao processo da extração e do transporte do carvão mineral que trouxe para casa, especificamente ao tomar conhecimento de que o estado de La Guajira, no caribe colombiano, era o ponto de embarque desse carvão. O estado, próxima a Sierra Nevada de Santa Marta, é marcado por uma forte tradição indígena e uma histórica presença de guerrilheiros, assim como também é atual palco de projeção e execução, de acordo com Becerra (2009), de uma série de megaprojetos de desenvolvimento industrial relacionados a interesses pelo desenvolvimento de

infraestrutura viária, portuária, energética e de exploração de carvão.

Estos proyectos implican en la práctica un ordenamiento territorial, social, político y económico que se superpone a los ordenamientos ancestrales, generando cambios bruscos y negativos sobre todos los espacios y ámbitos relacionados con el territorio, afectando de manera directa y profunda la supervivencia de los pueblos indígenas. Los mega-proyectos, además de tener serias repercusiones ambientales, desconocen la existencia de sitios sagrados, los destruyen o se construyen sobre ellos, afectando los procesos culturales y sociales de los pueblos indígenas, atentando contra las posibilidades de permanencia de su cultura y transmisión del conocimiento tradicional, y constituyendo, en suma, un modelo de violación de los derechos territoriales y de la autonomía, en franco desconocimiento de la relación ancestral que tienen los grupos étnicos con sus territorios (BECERRA, 2009)

A Colômbia é o único país da América Latina a figurar entre os 10 maiores produtores de carvão do mundo, tendo produzido, em 2014, 88,5 milhões de toneladas, segundo o jornal El Tiempo, boa parte dessa para exportação. Os efeitos sentidos pela população que toma contato com o carvão através da atmosfera contaminada lá são semelhantes aos daqui: coceiras, doenças de pele, problemas respiratórios, deslocamentos forçados. A intensidade dos problemas lá, todavia, é maior, e se expressa em campanhas como a atual #DevuelvanElRio, que demanda a devolução do Rio Rancheria ao seu curso natural, após ele ter sido desviado para passar na área de uma mina de produção de carvão (PALOMINO, 2016).



Figura 2 - Mina de Cerrejón vista do quintal de uma Reserva Indígena

Fonte: Arquivo Pessoal

Na semana que passei em La Guajira, tive a oportunidade de conhecer tal rio, assim como percorrer e produzir imagens de uma região afetada pela extração e transporte do carvão mineral. Conversando com pessoas das comunidades, dimensionei como a vida de toda a região é marcada pela convivência e vizinhança com a infraestrutura do carvão mineral e que isso geralmente implica conflitos em torno da terra, da saúde e da própria narrativa do lugar.

Todas essas informações foram se tornando importantes para meu processo de pesquisa conforme encarava o carvão mineral que havia trazido para casa, assim como passei a frequentar semanalmente o Pecém, para me relacionar, primeiramente, com sua paisagem, antes de buscar me aprofundar em relações com pessoas que vivenciam cotidianamente tais problemas. Interessava-me lidar com a paisagem me questionando sobre as possibilidades de a performar, especificamente refletindo sobre o que ensinaria a performance dessa paisagem. Depois, foi surgindo a possibilidade e o interesse de se relacionar essa paisagem no Brasil com a paisagem da Colômbia, ambas conectadas pela

mesma matéria, com a qual passei a produzir objetos de caráter relacionais.

Narrativas de deslocamento: o caso do Assentamento da Parada e o velho Tapuio

Ao chegar ao Assentamento, ao lado do Jardim Botânico de São Gonçalo do Amarante, não precisei de muito tempo para experimentar sensorialmente a paisagem de poluição. Quando compartilhei com os moradores que conversavam comigo que estava sentindo meu nariz arder e que estava com um gosto metálico na boca, eles se entreolharam com expressões que me pareceram envolver alívio e tensão simultaneamente. Alívio pelo fato de um outro indivíduo também estar sentindo, tão rapidamente, um ínfimo do que sentem vivendo ali. Tensão, provavelmente, por ali viverem e por então já não acreditarem que dali irão para um lugar melhor.

O lugar melhor, para o líder comunitário do assentamento, está no passado. Antes de ser deslocado para ali, vivia em uma área, conforme pude constatar depois, que era produtiva, em que dava manga e caju, dentre outras frutas, que ajudavam a levar adiante a vida, sem medo da fome que hoje, conforme relatado, afeta muitos dos que com ele foram deslocados e que seguem desempregados.

Na época do deslocamento, disse ele, escutou sobre um futuro em que haveria empregos e as coisas seriam melhores. Enquanto conversávamos, eu segurava um pequeno pote de vidro com uma poeira que misturava pó de carvão com pó de minério no seu interior. Ele me ofereceu metade do pó, mas eu o disse que aceitaria apenas da próxima vez. Suas duas filhas estavam na rede ao nosso lado,

uma já grande me olhava séria, uma outra bebê dormia. Em uma outra casa do assentamento, a mãe de um outro bebê me falou das escuras secreções mucosas que por ele era expectorado nas vezes em que adoecia.

Falei a eles que esses sintomas também eram comuns em populações do estado de La Guajira, no Norte da Colômbia, lugar de onde vem o carvão que agora, possivelmente, estava em seus pulmões (falei isso sem imaginar que acabaria indo para lá). Nem aqui no Ceará nem em La Guajira, parece haver uma preocupação com o futuro das populações que são sequeladas pelas políticas de desenvolvimento industrial. Em ambos, futuros melhores foram prometidos e o que se fez presente, até então, foi enfermidade, frustração, impotência, escassez, negligência, desrespeito etc.

O que essa construção narrativa dos parágrafos anteriores apresenta são fatos recorrentes para autores e teóricos que têm buscado estabelecer uma teoria do deslocamento, e que têm atribuído valor especial às narrativas de deslocamento apresentadas por aqueles que as vivenciam. Bennet e McDowell (2012) relatam no livro *Displaced: the human cost of development and resettlement*, por exemplo, casos diversos de deslocamento no Caribe, na Índia, na África, na China, e no Paquistão, objetivando colaborar com o desenvolvimento de uma teoria do deslocamento. Cabe chamar atenção, então, para o deslocamento compreendido não como especificamente a perda de um lugar ou a mera experiência de mobilidade de um lugar para outro, mas toda a mudança de um modo de vida estabelecido. Através das narrativas

pessoais das pessoas que passam por tais processos, busca-se localizar os indivíduos em um contexto social de experiências sócio-históricas:

Está claro que esses testemunhos pessoais, caracterizados pela variedade, pelo detalhe e pela força do sentimento, lançam uma valorosa luz na natureza multidimensional e no impacto psicológico do deslocamento. E eles revelam quão profundo é o senso de perda que os indivíduos experienciam quando são forçados a deixarem algum lugar que é repleto de memórias pessoais significantes (BENNET; MCDOWELL, 2012, p. 34, tradução nossa[6]).

Os testemunhos pessoais dos que passam por processos de deslocamento apresentam uma complexidade e variedade de experiências e de respostas não quantificáveis, como descrições de estresse psicológico, impotência, perda de agência, e frustração. Bennet e McDowell (2012) creem, ainda, que tais testemunhos têm capacidade de promover um olhar mais realista para autoridades e fundos internacionais que financiam projetos de desenvolvimento envolvendo deslocamentos de comunidades, como o Fundo Internacional para Agricultura e Desenvolvimento, que em 2010 se utilizou de testemunhos pessoais em áreas rurais da China, Egito, Madagascar, Paquistão, Peru e Senegal, descrevendo tais testemunhos como vitais para se compreender a realidade da pobreza rural no relatório de 2011 sobre o tema.

Em 2010, no ano em que a comunidade da Parada foi deslocada, a estimativa estabelecida por Cernea (2008) era de que mais de 15 milhões de pessoas no mundo “em desenvolvimento” perderam seus lugares ou foram

involuntariamente reassentadas como um resultado da aquisição de terras para projetos de infraestrutura na esfera pública e privada. Tal estimativa supera em 5 milhões a realizada pelo Banco Mundial em 1990. Esse contexto, no caso aqui trabalhado, pode ser bem compreendido inicialmente como relacionado ao que segue:

A mundana frase “mudança de usucapião” consiste, na verdade, numa complexa série de eventos e processos de longa duração que disparam uma série de eventos e processos longos de mudanças socioeconômicas, culturais e políticas que afetam as vidas de muitos milhões de indivíduos e comunidades no mundo em desenvolvimento e rapidamente industrializante. Central para as experiências do que é descrito na literatura como “deslocamento criado pelo desenvolvimento” e “reassentamento involuntário” é o exercício do poder por autoridades do Estado ou por companhias privadas com o apoio dos governos, para remover as pessoas contra a sua vontade de terras que foram, na maioria dos casos, sua casa primária ou fonte de sobrevivência por muitas gerações (BENNET; MCDOWELL, 2012, p. 1, tradução nossa[7]).

Nos parágrafos que seguem, o processo de criação de Carvão Para Seus Olhos Tocarem, a narrativa e a teoria do deslocamento entre as realidades estudadas por Bennet e McDowell (2012) serão cruzadas com as experiências relatadas pelos moradores do Assentamento da Parada, visando contextualizar a vivência local em relação ao cenário global, sua reflexão e estudo no campo da academia e relação com o processo de criação do presente projeto de pesquisa em arte.

O presente tópico, sendo assim, relaciona a referência bibliográfica com um processo de

criação marcado pela aproximação, interação e envolvimento com a comunidade da Parada, que já foi deslocada do lugar onde viviam, o Tapuio, e que aguarda a possibilidade de ser deslocada novamente. Essa interação e esse envolvimento se deram através de minha participação em reuniões comunitárias; participação em encontros entre lideranças com grupos acadêmicos; visitas semanais à comunidade; entrevistas gravadas em áudio e vídeo para as performances; produção de imagens no entorno da comunidade; conversas despreziosas sobre assuntos aleatórios; visitas e caminhadas com membros da comunidade ao terreno onde viviam antes de serem deslocados e aos outros assentamentos para onde foram deslocados seus familiares e outros membros do Tapuio; participação e colaboração em atividades promovidas pelas lideranças comunitárias; conversas on-line com pessoa ligada a comunidade e que compartilhou arquivos audiovisuais da comunidade pré-deslocamento. Todo esse material e vivência se incorporaram de alguma forma nos vídeos que são projetados em três telas durante uma performance ao vivo ou como instalação.

Será apresentado, em seguida, o discurso comum na justificação dos deslocamentos em nome dos interesses econômicos em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos; o que se relata sobre a vida antes do processo de deslocamento; o que é comum ocorrer nos processos e momentos de deslocamento; e os problemas que geralmente seguem o deslocamento, como fragmentação das comunidades, problemas de infraestrutura, desemprego, precarização da subsistência, morte prematura de idosos e poluição.

As narrativas e o processo de deslocamento para a comunidade da Parada

De acordo com Alcântara (2013), a determinação da construção de uma nova refinaria no Nordeste do Brasil partiu do Governo Federal, através da Petrobras, em 1985, iniciando uma disputa entre os estados da região que durou décadas, com ciclos de empolgação e frustração do projeto. A criação do CIPP esteve relacionada a esse empreendimento que, até o momento, 2017, ainda não foi realizado.

No ano de 2010 ocorre a desapropriação da área destinada à instalação da Refinaria Premium II, onde habitavam cerca de 150 famílias (ALCE, 2013). Ainda não há uma certeza definitiva quanto à instalação ou não de uma refinaria no terreno, que segue abandonado há sete anos, com as ruínas das casas dessas famílias, ainda que já esteja claro que, caso ocorra, não será mais um empreendimento da Petrobras e que, recentemente, notícias tenham sido publicadas na imprensa sobre o fechamento de um acordo entre o Estado do Ceará e corporações de capital chinês para a construção da refinaria (VARELA, 2016).

O contexto está, dessa forma, relacionado ao que Bennet e McDowell (2012) apontam como um cenário comum em países em desenvolvimento e industrialização. Nesses lugares, deslocamento e reassentamento de populações são causados comumente por projetos de infraestrutura relacionados à energia, água e indústria; defesa e proteção da biodiversidade através de reservas; produção de biocombustíveis. Esses deslocamentos provocam mudanças de vida como migração do rural para o urbano, assim como são uma característica significativa de transformações

políticas, econômicas e sociais, espontâneas ou conduzidas pelo Estado, mas influenciadas por padrões de investimento internacional. O que os autores apontam é que esses processos de deslocamento e reassentamento são marcados por uma preparação e planejamento precários, falta de consulta e consenso, processos falhos de garantia de condições adequadas na realocação, erros administrativos e confiança superestimada em indenizações insuficientes, corruptas ou mal administradas.

Os autores trazem casos que apresentam esse padrão de fatos desde os anos 1970, no Paquistão, por exemplo, e que continuam se repetindo até hoje, na Índia, em Botswana e na Colômbia. As populações reassentadas no contexto do CIPP são parte, assim, de um processo econômico e político que é global em sua natureza e conectado a padrões de investimento e negócio internacional, demandas de bens pelo mercado, mas que, conforme destacam Bennet e McDowell (2012), possuem impactos bastante pessoais e locais, com os autores concluindo que:

A verdadeira fonte de tais falhas repetidas pode ser encontrada no modelo de desenvolvimento e o exercício de poder por parte dos governos e agências concedidas ao domínio iminente dos direitos sobre os proprietários e usuários das terras (BENNET; MCDOWELL, 2012, p. 213, tradução nossa[8]).

Conhecer melhor o local conforme ele é percebido e narrado atualmente por aqueles que nele viveram é, portanto, um gesto importante para se lançar uma compreensão em torno do fenômeno do deslocamento, no geral ou em suas especificidades variáveis. Abordando tal fenômeno desde uma

perspectiva artística, foi enriquecedora para o processo a oportunidade de conversar sobre as memórias desse lugar e também sobre suas ruínas; também foi importante caminhar e compartilhar comida junto com membros da comunidade, assim como produzir imagens com eles nesse ambiente a partir de procedimentos cinematográficos ficcionais.

Parte do que vim a saber sobre a vida no Tapuio antes do deslocamento foi através da mediação e colaboração de dois líderes comunitários e através da boca de Seu Jordão e sua esposa, Dona Magnólia (nomes fictícios), que me contaram histórias relacionadas aos mais velhos do Tapuio, seu modo de vida, comunidades, tendo ele encenado a si mesmo visitando as ruínas da comunidade para minha câmera.

A história de seu pai, conhecido na comunidade e na região como Bastião Raizeiro, devido ao seu conhecimento sobre cura medicinal com ervas, tocou-me particularmente e parece ilustrar bem diversas questões locais relacionadas aos padrões globais de fatos vinculados aos processos de deslocamento e reassentamento.

Na narrativa de Seu Jordão, seus ascendentes viviam naquele terreno há cerca de 150 anos. Bastião Raizeiro viveu no lugar por 85 anos, onde teve e criou todos os seus filhos. De acordo com Dona Magnólia, nora e cuidadora dedicada de Bastião nos últimos anos de sua vida: “o véi disse que ia morar debaixo de um pé de mangueira, mas não ia sair do lugar dele (sic.)”. Esse lugar consistia em uma “casa grande”, em uma área onde se podia encontrar frondosas mangueiras que ele plantou, assim como seriguela o suficiente para que ele coletasse bacias da

fruta e as fosse vender esporadicamente no Pecém; uma lagoa bem ao lado, onde ele se criou pescando, além do que seu Jordão chama de “remédios do mato” (como o leite da janaguba, jatobá, aroeira e pepaconha) através dos quais diz ter sido o sustento do seu pai e sua família por 35 anos.



Figuras 3 e 4 - Bastião Raizeiro e Tapuio

Fonte: Arquivo da Comunidade e Arquivo pessoal.

Durante as gravações de sua caminhada encenada pelas ruínas, fomos falando sobre as frutas do terreno conforme sentíamos seu cheiro ou as visualizávamos; fui conhecendo

o nome das pessoas que moravam no lugar, à medida que passávamos pelos escombros de suas casas, assim como fiquei sabendo um pouco sobre histórias de suas vidas; fomos reconhecendo tradições e histórias perdidas, tais como a de um santo comunitário, cujo túmulo se encontra entre as ruínas e para onde pessoas de várias localidades peregrinavam. Fizemos (eu, uma assistente/companheira, o líder comunitário, sua filha, seu Jordão e seu filho) uma refeição, registrada em vídeo, nas ruínas de uma área recreativa construída por seu falecido irmão, que costumava fazer festas e churrascos no lugar. Conforme o relato de Seu Jordão, seu irmão não aceitava a mudança e costumava dizer que não iria ver ela acontecer, o que, de fato, se deu, devido a um acidente fatal que tirou sua vida antes do deslocamento.

A narrativa que me foi apresentada sobre a vida no lugar anterior ao deslocamento é bastante similar à trazida por Bennet e McDougall (2012) sobre os lugares que estudaram. Ao tratarem do “cinturão do carvão” em Jharkhand, na Índia, os autores apontam:

No cinturão do carvão de Jharkhand, é a população tribal ou adivasi, especialmente os Santhals e Oraons, que foram particularmente afetados pela expansão rápida da indústria desde os anos 1980. Essas são pessoas cujas vidas eram amplamente dependentes da terra e de recursos florestais. Para eles, o dano ambiental e a perda da terra e da propriedade comum teve severas consequências econômicas. A floresta era crucial para a sua sobrevivência, fornecendo água, combustível, madeira, frutas selvagens e ervas medicinais. [...] Muitos descreviam um mundo bem ordenado, construído em torno da agricultura, na qual todos tinham seu lugar e ocupação particular (BENNET; MCDUGALL, 2012, p. 125; tradução nossa[9]).

De maneira muito similar, os moradores com quem conversei e que vivem no Assentamento da Parada apresentam a vida anterior ao deslocamento como menos difícil devido a uma maior acessibilidade a recursos de subsistência como frutas, pescados, terra para plantar, integração comunitária, acesso a lenha e ervas medicinais. Através do acesso às imagens de arquivo, podem-se ver casas construídas sem muitos muros as separando, em um ordenamento não linear e integrado com o ambiente (suas árvores, sombras etc.), além de apresentarem um uso recreativo da lagoa. Ser retirado de tal contexto se revelou como um processo desorientador e de choque para a comunidade

D. Magnólia: Se a gente for falar sobre a mudança nossa pra cá [...] eles deram uns 3 meses pra gente poder se ajeitar pra sair, né, aí quando a [liderança comunitária] foi chamada, eu me lembro que foi uma sexta-feira, [...] debaixo da mangueira, meio-dia, ela disse: “Dona Magnólia, a gente vai ter que sair de segunda-feira em diante já, bem rápido”. Desse jeito, sem nada pronto, sem nada arrumado, sem ter casa. Tinha nem casa ainda! Não tinha nem casa. A casa alugada. Nós ia pra casa alugada, porque aqui tavam fazendo o assentamento. [...] Aí, quando foi pra gente se mudar pra casa alugada [...], a gente com medo do meu sogro passar mal [teve que dopar ele], porque [ele] já [tinha virado] viúvo e tinha perdido um filho, tudo durante esse processo de desapropriação... O filho dele já tinha dito que não ia ver a gente sair.. [...] então quando foi no dia da mudança era o IDACE lá, a PETROBRAS, eu lembro que foi bem cedo assim e a gente teve que dopar esse velho.. e além disso já tinha saído uma parte da família dele pra outro assentamento.. aí ele ficou mais sentido ainda. [...] mas o pior foi aqui. [...] nós ficamos 8 meses de casa alugada, enquanto terminava o assentamento aqui [...] acabou-se muita coisa na nossa mudança, acabou quase tudo. [...] minha filha perdeu um bebê.

Na experiência expressa por Dona Magnólia sobre seu processo de deslocamento e reassentamento, emergem alguns dos problemas recorrentes em processos semelhantes compartilhados e analisados por Bennet e McDowell. No geral, as mudanças são marcadas por falta ou caos de informação precisa sobre as datas e o processo de reassentamento, necessidade de locação temporária de habitação antes de serem reassentados, traumatização especialmente para os idosos, tensão e vícios em torno das medidas de compensação e produção de intrigas entre membros da comunidade.

O desenvolvimento de ações para conhecimento e resolução das questões fundiárias relacionadas a área de 335 km² do polígono de interesse industrial foram atribuídas pelo Estado do Ceará ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), em apoio técnico à Comissão Especial de Desapropriação (CEDE) e à Comissão Central de Desapropriação e Perícias da Procuradoria Geral do Estado. Ao fim da década de 1990, com a primeira fase das desapropriações, 386 famílias foram atingidas, com consequente fragmentação dos laços familiares e locais como o principal impacto localizado e imediato da construção do CIPP de acordo com ALCE (2013), relatando-se falta de negociação e planejamento em tal processo, além de um baixíssimo valor indenizatório de não mais que R\$11.500,00. Para a fase de desapropriação da qual Dona Magnólia faz parte, o modelo passou por uma atualização e adaptação:

Quem recebe indenização acima de R\$ 25.000,00 vai administrar a sua vida. Quem recebe abaixo desse valor vai para o reassentamento rural ou urbano.

Existem outros critérios que estão no projeto (ALCE, 2013).

Apesar da tentativa de aprimoramento, a comunidade que hoje vive no Assentamento da Parada relata uma série de problemáticas vivenciadas. Dona Magnólia traz no seu testemunho oral um sentimento de impotência relacionado à falta de assistência e informação durante a mudança realizada de forma surpreendente e alvoroçada. Bastião Raizeiro viveu o processo dopado pelo medicamento Diazepan, enquanto sua bisneta perdia um bebê em gestação devido, na narrativa da família, aos transtornos da mudança.

Também é comum, quando se relatam as questões relacionadas às medidas de compensação, o sentimento de que a falta de informações, educação e organização colocou as populações em uma situação de desvantagem, vulnerabilidade e precariedade para a negociação. O Estado havia se comprometido a pagar o aluguel dos reassentados enquanto o assentamento não estivesse pronto, assim como fornecer cestas básicas, e as lideranças comunitárias da Parada possuem recibos documentados que demonstram que tal promessa não foi cumprida corretamente, tendo 3 mensalidades de aluguel não sido pagas e apenas 5 meses dos 12 meses prometidos de cesta básica cumpridos. Esses problemas criaram um clima de dúvidas e intriga no interior da comunidade, pois as lideranças comunitárias responsáveis pela mediação eram colocadas sob suspeita aos olhos do resto da comunidade. O clima de intriga também corre o risco, de acordo com Bennet e McDougall (2012), de ser acirrado pela competição em torno de emprego, meio restante para a subsistência, já que se colocam maiores dificuldades ou impossibilidades

para se conseguir comida no próprio lugar. Caso semelhante, novamente, ao relatado na Índia:

Para a maior parte das pessoas, as indenizações, o reassentamento e os poucos empregos nas empresas que estavam à disposição para os reassentados eram insuficientes para substituir os benefícios perdidos ou fornecer uma fundação sob a qual novos modos de vida sustentáveis pudessem ser construídos. Ao contrário, lemos no capítulo 6 sobre as pessoas que viviam anteriormente em áreas rurais remotas, cuja vida era difícil e não deve ser romantizada como um sonho rural, mas que foram transformadas em trabalhadores com vidas precárias e perigosas, nas margens de minas industriais e do crescimento urbano na Índia. Compreende-se que o empobrecimento afeta diferentes grupos de pessoas de diferentes formas; o reassentamento induzido e o deslocamento amplificam essa dinâmica de empobrecimento. (BENNET; MCDOWELL, 2012, p. 209; tradução nossa[10]).

Ao mesmo tempo, as comunidades geralmente experienciam transformações intensas nos seus modos de relação devido à separação e à fragmentação de seus membros em diferentes comunidades. Como visto no relato de D. Magnólia, Bastião Raizeiro sofria com a separação de sua família e, assim como em seu caso, a maior parte das famílias foram divididas em assentamentos distintos, causando desarticulação comunitária, fenômeno que Bennet e McDowell (2012) consideram a

Parte mais complexa do processo de deslocamento e reconstrução. O termo é usado para se referir ao rompimento das estruturas sociais, laços interpessoais, e o tecido social envolvente como um resultado do reassentamento forçado. Cernea e McDowell descreveram os elementos centrais da desarticulação da comunidade e o esfacelamento dos grupos de parentesco

e redes informais de apoio mútuo. O desvendar da espacialidade e dos padrões culturais de auto-organização, interação social e reciprocidade representam a perda de capital social valioso que compõe a perda tanto do capital natural quanto humano (BENNET; MCDOWELL, 2012, p. 12; tradução nossa[11]).

Não bastassem tais problemas, após a mudança, os habitantes tiveram de lidar com uma série de dificuldades de ordem estrutural e ambiental do assentamento. No interior das próprias comunidades, a arquitetura urbana dos assentamentos é apontada pelos moradores como favorável à fragmentação e distanciamento das famílias e comunidades. O assentamento da Parada, ao chegarem, não possuía iluminação pública (obrigando os moradores a se organizarem autonomamente para comprar luzes para a comunidade), as casas apresentavam problemas de acabamento e as ruas se encontravam ainda em terra sem revestimento. Abaixo, transcrevo trecho do depoimento de Dona Magnólia que integra a performance com múltiplas projeções *Carvão Para Seus Olhos Tocarem*[12], em que ela narra sua relação sensorial com o pó do carvão e de minério a partir de fragmentos do seu cotidiano após a mudança:

D. Magnólia: Quando a gente chegou aqui, com pouco tempo a siderúrgica começou. Começou o trabalho dela sem ser esse negócio de fumaça ainda, de poluição ainda. A poluição dela, o que era? Era esse negócio, tipo assim, uma poeira vermelha. A gente sabia que era de lá porque eram as construções né que tavam começando lá. Então o vento dava e vinha tudo de lá para cá. Nem só eu me maldizia com isso aí como os vizinhos lá da outra rua também tudo se maldizia. [...] Então, aquela poeira que vinha da siderúrgica era aquela poeira amarela né, o que não é agora, que não é da terra agora. A gente vê

que não é. E aí a gente vem sofrendo com isso desde que chegou aqui. E aí acabou a construção da siderúrgica e começou o trabalho dela lá dentro. Começou o pó. A cair. Quando foi um tempo.. de junho pra cá, eu comecei a notar, comecei a notar aquele pó preto dentro de casa. Comecei a notar. E assim, tipo aquelas pedrinhas de carvão? E aí eu disse pro líder comunitário: não tá caindo um pó preto lá não? Tá, Dona Magnólia. Aí eu disse: e da onde é? Aí ele disse: Dona Magnólia, é da siderúrgica, das esteiras. E eu disse: e é? Aí ficou né. Dias caía mais, dias caía menos. E eu chamava a Roberta e dizia: Roberta, olha aqui. Eu varria o tapetezinho que tava lá fora, que eu tenho essa mania de varrer todo dia né, e passar um pano nos “bregueço” velho tudinho. Aí eu começava a limpar a casa, era aquele pó preto. Aí depois começou a aparecer um pó brilhoso, eu dei fé no tapete.. eu dizia: Dona Roberta, o tapete tá cheio de coisa brilhosa. Eu tornava a perguntar ao líder comunitário e ele dizia: é, Dona Magnólia, é a poluição, tá caindo.. mas as pessoas já diziam que nós ia passar por isso aqui porque nós viemos para o lado que comia a fumaça da siderúrgica. Então as autoridades, como o IDACE, o Governo do Estado, botou nós aqui porque quis. Mas sabia que ia acontecer isso aí. Esse pó não vai acabar não. Aí vem vindo de lá pra cá, é nas plantas.. nas tampas das panelas.. em tudo em quanto é canto. Tem dentro do banheiro, em todo canto.. a gente entra dentro do banheiro já vai ficando logo o rastro já do pó né. A gente pode lavar todo dia, limpar todo dia.. e a coceira que dá? Aí eu varro a casa e o pó fica nos pés da gente. Eu fico toda me coçando quando eu tou limpando a casa. E quando eu termino de limpar aqui eu vou limpar lá na minha menina que ela trabalha. Aí então isso prejudica muito a gente. Tossir de noite. Meu marido agora tá com uma tosse e a gente sabe que não é normal, ele não tinha antes. A gente sabe que não tinha. A gente sabe que o que tá acontecendo não acontecia antes. Então só pode ser disso aí. Aí a minha menina já adoeceu também. Tem uma mulher que

já tá doente há mais de mês. Porque o governo do estado não sabia? Não sabia que isso ia funcionar? Porque que eles trouxeram nós pra cá? Porque não botaram nós pra outro assentamento, outro canto? E eles aí [siderúrgica] também têm culpa porque deviam ter avisado né, que isso ia acontecer, que ia ficar assim.. então, a conversa que a gente vê aí é que não vai acabar.. e é porque ó, vocês não sentiram a catinga que vem ainda. Que aqui e acolá a gente tá sentindo. Que você jura que tá abrindo assim uma fossa. Que tem uma coisa podre. E ainda mais fica no nariz da gente. Ainda ontem tava era muito. Ainda mais que o nariz da gente fica ardendo. Boto uma água lá fora, pros gatinhos beber, daqui a um pedaço a água em cima está coalhada.. tipo aquele pó preto, e aquele pó preto vem tipo assim uma coisa ligada, tipo um óleo. Não é só aquele pó solto, ele gruda no corpo da gente. Às vezes eu boto os óculos do meu esposo, né, que eu não uso óculos, eu boto quando tou limpando e vou lá pro sol, pra ver os brilhoso. Minha pele fica cheinha. Cheia de brilho. Depois que eu tomo banho que eu acho que sai. Isso tudo meu fica cheio de carvãozinho, de brilho, quando eu tou limpando a casa.. que atinge mais a gente que tá limpando.

Para os idosos, tal vivência se torna ainda mais traumática e um dos sintomas é o adoecimento e o falecimento prematuro. Bastião Raizeiro, após a mudança, perdeu a sanidade e Seu Jordão e Dona Magnólia associam tais fatos ao processo de deslocamento:

D. Magnólia: Quando nós chegamos aqui justamente meu sogro ficou doido. Ele ficou doido, doido doido doido mesmo.

Ruy: a senhora falou que, às vezes, ele falava o nome do lugar e saía..?

D. Magnólia: Ele falava, falava, falava muito.. aí ele começou a querer sair, começou a querer fazer das coisas dele uma roupa, uma trouxa, uma trouxa que antigamente o pessoal fazia né, então ele fazia assim uma trouxa daquela roupa

dele, botava debaixo do braço e saía.. vestia dois calção, chinela errada.. ele não tava mais no senso dele. Eu saía atrás dele e perguntava: irmão bastião onde é que o senhor vai? Vou me embora, vou me embora pra Tapuio.. eu saía aqui, corria na frente e trancava o portão.. muitas vezes ele queria pular o muro.. foi uma rede de corda, ele botava no pescoço assim, como que.. ficou doído.. o pessoal dizia que era mal de Alzheimer, que era não sei o quê.. mas só aconteceu essas coisas com ele por causa da saída lá.. a pessoa com 85 anos naquele lugar.. Viveu a vida toda ali.. Viveu a vida toda ali né. Aqui tinha um cachorrinho, o cachorrinho saía atrás dele e era assim que eu achava ele por acolá. Mas porquê? Por causa da saída de lá. Ele queria voltar, voltar.. muitas vezes meu esposo dizia assim: Magnólia, vamos levar ele lá porque quem sabe se não é pra ele morrer e ele quer voltar lá.. não, Cosmo, que aí ele piora cada vez mais se levar ele lá.. e eu sei que assim foi quatro anos, porque ele morreu esse ano.. foi quatro anos, quatro anos desse jeito.. mas porquê? Devido a nossa saída de lá não foi outra coisa e todo mundo sabe disso.. foi da nossa saída de lá que ele ficou desse jeito.

A narrativa de morte prematura de idosos, que no caso da Parada conta com mais pessoas além de Bastião Raizeiro, é bastante recorrente, de maneira que Cernea propôs um modelo que analisa os riscos relacionados ao deslocamento e, assim, hipotetiza que a morte prematura de reassentados pode se dar devido a um declínio do status de saúde relacionado às mudanças ambientais, a suscetibilidade a novas doenças no novo lugar, a uma perda na qualidade da alimentação como um resultado das condições pobres de habitação, ou também devido à perda do ambiente familiar estabelecido, pelo desespero e o impacto psicológico por não se conseguir prover um futuro seguro para as futuras gerações.

Vários narradores comentaram que, após a realocação, um número significativo de pessoas morreu prematuramente. As causas dessas mortes não pode ser conhecida mas os narradores fizeram um link direto com a experiência de realocação e o trauma de perder a sua terra e sua casa. Noshad Khan Tareen, cujas palavras abriram esse capítulo, tiveram experiência pessoal sobre isso: eu lhe digo que aqueles que tinham 55 ou 66 anos de idade naquela época não sobreviveram para além de dois ou três anos depois que deixaram o lugar. Eu posso citar exemplos da minha própria família... eu perdi [cinco parentes] porque eles não conseguiram se adaptar às mudanças forçadas. As fontes de ganho deles haviam ido embora; houve desemprego, eles perderam tudo (BENNET; MCDOWELL, 2012, p. 44, tradução nossa[13]).

Para os autores, essa série de constatações gerais em processos de deslocamento coloca as pessoas que passam por tais processos em uma categoria especial de pessoas que entram em um diferente campo de relações políticas e sociais, a partir de uma configuração particular de desvantagens, como as expostas até aqui. Envolver-se com tal contexto e trabalhar com tais narrativas a partir da perspectiva de um artista/pesquisador demonstrou ser um trabalho cuidadoso e que marcou uma fase da pesquisa em que o foco se voltou mais para as relações socioambientais do lugar, para além do interesse em pesquisar sua paisagem e poluição.

A comunidade demonstrou, a princípio, uma certa desconfiança ou cansaço em relação a pesquisadores, pelo fato de diferentes pessoas aparecerem constantemente “fazendo pesquisa”, mas sem estabelecer um vínculo, uma continuidade ou uma solidariedade efetiva para a comunidade. Conforme fui me aproximando das lideranças comunitárias

e, através delas, tendo relações mediadas com o ambiente e com outros membros da comunidade, busquei, nesse sentido, criar uma constância de visitas e de situações para apresentar o contexto de minha pesquisa. Através da continuidade das visitas, da apresentação de minhas ações e dos dados levantados pela pesquisa, assim como com o envolvimento nas ações realizadas pelas lideranças da comunidade, foi-se estabelecendo um senso de confiança mútua que possibilitou os desdobramentos da pesquisa e da relação.

As lideranças comunitárias afirmaram visualizar na colaboração com a pesquisa mais um meio de se registrar a memória e a história do assentamento e das pessoas que nele vivem, assim como estimulando um senso de resistência e consciência de si perante os problemas que enfrentam e enfrentaram nos últimos anos. As imagens produzidas por mim rapidamente passavam a circular por entre o assentamento e pelos outros assentamentos onde vivem outros membros do Tapuío, por vezes gerando comoção e a demanda da produção de um “documentário”.

Realizar a pesquisa estabelecendo esse nível de relação com a comunidade enriqueceu o processo de Carvão Para Seus Olhos Tocarem por ensinar desdobramentos para a relação entre arte e vida e para a reflexão em torno das potencialidades da forma “múltiplas-projeções audiovisuais e performance” para lidar com tal contexto. Quanto mais me aprofundava nas memórias, narrativas e nuances dos lugares e do processo de deslocamento vivenciado pela comunidade, utilizando-me de procedimentos relacionados ao cinema documental e ficcional, mais percebia uma variedade e multiplicidade de questões

latentes nessa experiência que me pareciam encontrar na multiplicidade das telas uma potência de performatividade mais adequada à complexidade da situação e da abordagem. Ao mesmo tempo, pensar em como se poderia dar a performance da apresentação dessa multiplicidade de questões através da relação entre ação e projeção foi um desafio que se colocou e foi ganhando forma conforme desenvolvia a pesquisa bibliográfica.

No tópico que segue, enfim, compartilharei minha experiência na Colômbia, em diálogo com relatos registrados por mim ou disponíveis em bibliografia produzida pelas próprias comunidades com as quais me relacionei, o que resultou na variação da performance Deslocamento Baião de Dois de Carvão Para Seus Olhos Tocarem.

Da Parada para La Gran Parada: comendo baião de dois em La Guajira

Em junho de 2016, desloquei-me para Barranquilla, no caribe colombiano, para participar da residência artística da Plataforma Caníbal/Fundación Divulgar. Meu objetivo era desenvolver dois projetos, sendo um deles relacionado diretamente à presente pesquisa. A intenção inicial era chegar em La Guajira, entrar em contato com alguma comunidade Wayúu e apresentar o contexto do Pecém como um dos efeitos do mesmo carvão que os afeta.

Os Wayúu são uma população indígena que habita o norte colombiano, principalmente La Guajira e o oeste da Venezuela. Trata-se de uma das mais numerosas populações indígenas da Colômbia. Durante os dias em que estive por lá, escutei, durante a maior parte

do tempo, eles falarem o wayuunaiki, a língua Wayúu, idioma bastante vital na região. De acordo com Rodriguez (2012), os Wayúu se encontram organizados em cerca de 23 clãs, dos quais se pertence a partir da linha materna. As pessoas de um mesmo clã compartilham um ancestral mítico comum - um animal -, sem necessariamente atuarem como coletividade.

Assim como o Ceará, o estado de La Guajira convive há séculos (BONET-MORÓN; HAHN-DE-CASTRO, 2017, p. 1) com o problema das secas e da fome. Enquanto no Ceará, todavia, tem ocorrido uma crescente e contínua redução da mortalidade infantil, por exemplo, o estado de La Guajira segue vivendo esse drama, sendo a população Wayúu a mais afetada. O território tradicional dessa população compreende

toda la península de la Guajira hasta el lago de Maracaibo, zonas aledañas a la Sierra Nevada de Santa Marta y la Serranía del Perijá (Cabo de la Vela), denominado “Jepira” sitio sagrado de gran importancia para el pueblo, y se le asocia al último recorrido que hacen los espíritus hacia el fondo del mar, al cual se le denomina “la tierra de los guajiros muertos”.

M. S. foi o líder comunitário que me hospedou na semana que passei em La Guajira. Ele mora com sua família em uma região que fica entre Maicao e Barrancas, na comunidade chamada La Gran Parada (o que me pareceu curioso, visto que, no Pecém, a comunidade com que trabalhei se chama Parada). Ele viaja constantemente pelo estado e país como coordenador da Escola de Comunicação Wayúu e como integrante do grupo Sütsüün Jieyuu Wayuuque - Fueza Mujeres Wayuu, que ganhou, em 2017, o Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Colômbia.

Nos últimos momentos de minha visita de uma semana, M. S. gravou um vídeo sobre a experiência do seu lugar com a mineração, direcionado especialmente para aqueles do Ceará que estão sendo afetados pelo carvão de origem colombiana. Compartilharei, dialogando com referências bibliográficas, alguns trechos da fala de M. S., que também pode ser assistida como vídeo de simulação das projeções utilizadas na performance Carvão Para Seus Olhos Tocarem - Deslocamento Baião de Dois.

Meu nome é M. S. W. I. daqui do Estado de La Guajira. Membro da comunidade La Gran Parada a qual está ao lado da linha férrea por onde passa o trem que leva o carvão da mina para Puerto Bolívar. Temos sido afetados com toda a contaminação que deixa esse monstro, como sempre temos chamado, quando passa, o qual está passando 24h ao dia e é um trem que passa com todos os vagões, cento e tantos vagões, destapados. Em sua passagem vai deixando uma sombra de pó de carvão que é perigosa e traz danos para a saúde de humanos e animais.

A comunidade em que M. S. vive é afetada principalmente pelo transporte ferroviário do carvão mineral, mas seus familiares e outras comunidades da região colecionam narrativas que envolvem poluição ambiental, militarização do lugar, ameaças e deslocamentos forçados, relacionados à exploração do território feita por El Cerrejón, uma das maiores minas a céu aberto do mundo, que os avizinha.

La llegada de El Cerrejón al departamento de la Guajira se da durante la segunda mitad del siglo XX, época en la que los sucesivos gobiernos nacionales se interesaron por alavancar la nación en las redes económicas internacionales a través de políticas desarrollistas. El proyecto fue

pionero, en envergadura y en producción, durante finales de siglo y continua siendo uno de los mayores en el país; las implicaciones sociales y económicas que tuvo la llegada de infraestructura de gran formato para la extracción y la posterior comercialización del carbón impactaron directamente la región caribe que veía en este proyecto la oportunidad de mejorar sus condiciones de vida y de convertirse en el motor del desarrollo en el país (FUERZA DE LAS MUJERES WAYUU, 2015, p. 18).

Assim como no caso do CIPP, a indústria do carvão na Colômbia está associada a um projeto desenvolvimentista voltado para a inserção do país em redes de capital internacional. Ainda que hajam relatos indígenas da presença de antropólogos a serviço da instalação da mina, qualquer conhecimento gerado na área não afetou o desconhecimento das tradições daqueles que viviam na região antes da empreitada desenvolvimentista, que impôs um modelo de desenvolvimento e projeto nacional indiscutível, causando uma série de consequências para a vida daqueles que foram ignorados e que tiveram seus montes sagrados transformados em depósitos de rejeitos (FUERZA DE LAS MUJERES WAYUU, 2015, p. 19) ou explodidos para a extração do carvão, além de terem sido obrigados a reconfigurar sua visão territorial e abandonar os espaços que costumavam habitar.

M. S.: Quando se veem as imagens do que é a mineração a céu aberto, dá uma dor e como um sentimento de ser indefeso, essa raiva. Isso era nosso, e agora estão nos roubando. Porque esse território era algo verde, onde se podia encontrar a água e todo fruto silvestre que se podia comer. Hoje não se pode mais. O que se vê é o pó.. Albania, Alto Nuevo, Barrancas, que são os municipios que estão dentro de todo o processo da região onde está a mina, recebem diariamente esse pó..

Em Albânia, você pode ver isso 24h, esse pó que está caindo.. o qual a autoridade de licença ambiental diz que não faz mal, que não afeta A mesma coisa diz a Cuerpo Guajira, que não afeta. E todos relacionados ao Estado dizem que não afeta. Mas claro, eles estão em Bogotá. Eles não vêm passar uma noite debaixo de uma árvore, comer ou ver a água que está dentro das comunidades do corredor ferroviário.. Cento e tantos quilômetros passando por muitas comunidades...

Os primeiros impactos diretos começaram a ser sentidos nos anos 1980, envolvendo diretamente a poluição gerada pelo estabelecimento da infraestrutura industrial, pela extração e pelo transporte do carvão. Os primeiros protestos começaram a ocorrer, de acordo com a Fuerza de Mujeres Wayuu (2015), em 1991, trazendo, como efeito, o deslocamento das pessoas que viviam há menos de 5 km da mina.

los contrastes que se evidenciaran con la llegada de Cerrejón al país se concentraron en la perdida territorial indígena. El desplazamiento obligatorio de las comunidades que tuvieron que abandonar su territorio ancestral, el rechazo de sus tradiciones, el desconocimiento de sus símbolos culturales y la ausencia de inversiones publicas que mejoraran la calidad de vida de los indígenas contrastaron con la llegada de obreros de todo el país, de ingenieros internacionales, de grandes obras, de tecnología de punta, de millonarias sumas dirigidas a la realización del proyecto (FUERZA DE LAS MUJERES WAYUU, 2015, p. 21).

A narrativa de M. S. é semelhante às trazidas por Bennet e McDowell (2012), que chamam atenção para os impactos pessoais e locais de processos econômicos que são globais e conectados a padrões de investimento e negócio internacional, onde os planejamentos e

preparações de implementação não trazem as comunidades para participação e negociação, acarretando a imposição de deslocamentos, sequências de erros administrativos e danos ambientais. Para M. S.,

a ambição, tanto do governo quanto das multinacionais, deslocou muitas pessoas, comunidades do seu território ancestral. Território que foi nosso milenarmente. Nos sentimos realmente diante de um monstro que possui todos os recursos que não temos para o enfrentar. Mas temos a vontade de defender nosso território até onde possamos, até o último dia que possamos seguir resistindo e eu sei que de geração para geração vamos estar nessa luta. Porque, anteriormente, quando chegaram com essa mentira de que a mineração iria trazer progresso, desenvolvimento, uma vida melhor, ia mudar a vida para melhor. De tudo isso, uma coisa que é certa é que mudou nossa vida, mas a mudou para mal. Temos de tudo, como eles dizem: de todas as doenças que possam existir e que não conhecíamos. Anteriormente, não sabíamos o que eram doenças pulmonares, respiratórias, não tínhamos doenças na pele. Hoje em dia, todas essas doenças estão presentes..

A experiência da chegada de Cerrejón, para os Wayúu, foi de ataque direto a sua ancestralidade, espiritualidade e cosmovisão:

nosotros los indígenas wayuu decimos que el carbón hace parte de los órganos de mama tierra que representa su equilibrio en lo que se entiende por territorio, nosotros los wayuu no somos mineros, desde lo que entiendo como miembro de esta cultura y lo que me han enseñado mis ancestros es que si hablo un poco que puedo decir que el carbón que se encuentra en el cerro de cerrejón están allí acompañados de espíritus wayuu que en ese lugar están ubicados unos cementerios wayuu, sitios sagrados, esta pulowí, que sabe lo

que cuida ahí, y están los animales también como parte del equilibrio de nuestra cultura wayuu (FUERZA DE LAS MUJERES WAYUU, 2015).

Junto de M. S., percorri a região conhecendo comunidades que foram ou estão sob ameaça de deslocamento; conheci o rio Rancheria, que passa por dentro da mina, carregando seus rejeitos e cujos córregos são alvo constante de desvios para os interesses e territórios industriais; subi montes, junto dele e sua família, para visualizarmos melhor as instalações da mina. Ele também atuou como copiloto do drone, quando fizemos imagens por cima da região de extração. Enquanto eu conhecia algumas das comidas novas ou comuns com os quais os Wayúu se alimentam, apresentava aos que conviviam comigo algumas comidas veganas (sem origem animal), minha opção alimentar.

Apresentei a ele os vídeos que havia produzido com a comunidade no Pecém, assim como a máscara com o carvão que recolhi no Brasil. Enquanto ele visualizava a fala de Dona Magnólia, apontava várias semelhanças com o caso deles. A diferença, todavia, estava no fato de que a mina já está instalada há 30 anos, e vários dos eventos e discursos que são produzidos no Ceará agora já estão saturados em La Guajira. As populações lá possuem menos ilusões em torno das promessas de emprego e já está bastante claro que a vida de várias comunidades piorou nos últimos 30 anos, o que provocou uma articulação e resistência em um nível de organização que no Pecém ainda ensaia se estabelecer. Como mencionado anteriormente, essa articulação envolve a Escola de Comunicação Wayúu, que fornece cursos de formação em jornalismo e audiovisual para jovens, produzindo tanto

documentários quanto ficções, refletindo sobre questões identitárias e ecológicas.

Existe um ditado que diz que não há nada pior do que um mal vizinho. Nós não temos um mal vizinho, temos uma epidemia, um monstro como vizinho. Um vizinho que o que deu foi desastres, foi miséria, mais de 30 anos com a presença desse monstro no estado de La Guajira, o qual acabou totalmente esse entorno sócio-cultural do qual gozávamos anteriormente, nos do povo Wayuu. Não só nos da população indígena, mas também os afrodescendentes e os camponeses. [...] Nós aqui mais de 30 anos com essa contaminação hoje estamos dispostos e prontos a prestar assessoria e orientação e compartilhar com todos nossa amarga experiência do que é viver ao lado de um monstro tão grande como Cerrejón para que isso não volte a acontecer em outros lugares do mundo.. desde aqui nós estamos dispostos a dar tudo por essa luta e aos que estão em outros países digam não a mineração.. Primeiro esta nosso território nossa mãe terra nos dói que estejam tirando toda a estrutura, seus ossos e sua debilitação permanente e depois virão as consequências.. Para nós agora não mas, sim, para os que vêm depois de nós.. Para as gerações futuras. E falo de gerações futuras muitas vezes com uma interrogação ou com uma dúvida que me faz pensar se elas existirão ou não. São muitas dúvidas que deixa o monstro que vive ao lado...

Essa disposição de solidariedade e assessoria, da parte de M. S., acabou me inquietando. Passei a alimentar o desejo de fomentar ainda mais um intercâmbio direto entre as comunidades, para além do espaço das performances que estava criando. A experiência de articular a conexão entre narrativas comuns a uma mesma materialidade, porém distantes espacialmente e, até então, narrativamente desconectadas, afetou todo o processo de criação e reflexão da presente pesquisa em arte.

Conclusão

Pela desenvoltura possível do modo de se pesquisar em artes, não só estabeleci relações novas com pessoas e ambientes, como também os próprios membros das comunidades localizadas, tão distantes entre si, passaram a conhecer como o mesmo carvão mineral os afeta de maneiras semelhantes e distintas. Nesse sentido, creio que tanto a bibliografia de Bennet e McDowell (2012), como as colaborações realizadas pelas avaliadoras na qualificação dessa pesquisa, direcionaram o trabalho para esse aspecto que, de fato, mostrou-se o mais relevante: essa possibilidade de intercâmbio e de interconexão entre as comunidades e entre elas e várias outras que podem ser identificadas por meio da bibliografia que traz e leva em consideração suas narrativas pessoais.

Trabalhos como esse colaboram para que as dinâmicas recorrentes do desenvolvimento e seus efeitos em termos de deslocamento e meio-ambiente sejam apontados e evidenciados de maneira mais sistemática. As multinacionais, em seus contextos locais, comportam-se minimizando os problemas, desqualificando as denúncias locais, tornando pessoais questões que são de ordem social e fazendo parecer fortuito o que na verdade é um padrão de comportamento predatório global. Como vimos na bibliografia, diversas narrativas se repetem em vários lugares do mundo marcados pelos mesmos tipos de projeto de desenvolvimento. O trabalho de arte pode colaborar para identificar fluxos escondidos ou invisíveis de materialidades e problemáticas ecológicas no contexto da economia global, rastreando rotas, investigando arquivos, investindo-se criticamente, chamando atenção por meio de seus modos

de produção e difusão, que, sem tantas complicações, no contexto atual das artes, pode atingir relativamente escalas globais e nacionais, além da escala local.

Com esse sentimento, acabei logrando desenvolver relações que julgo bem especiais, para além da frieza ou objetividade técnica geralmente esperada de um pesquisador. Nessas relações, tive meu trabalho com o tema reconhecido, ao mesmo tempo em que as pessoas afetadas se reconheceram respeitadas no espaço em que meu trabalho se deu. Pude discutir arte contemporânea com as comunidades, trazer elas para o espaço do que eles passaram a reconhecer nomeadamente como performance, algo completamente novo, mas do qual se sentiram parte, conforme se viram não só sendo apresentados e representados em imagens audiovisuais, mas presentes em meio a ações no espaço expositivo que se conectam com suas experiências e traumas de vida.

A interconexão dos problemas ambientais e a possibilidade de relação entre as comunidades no espaço da performance se tornou, conforme o processo se desdobrou, o que me parece mais potente dessa poética do deslocamento, como uma forma de subversão criativa das experiências traumáticas de deslocamento e de uma arte como catalisadora de processos de interculturalidade.

Chegar nesse ponto do processo, estive, a meu ver, diretamente relacionado a essa orientação constante de envolver a possibilidade de múltiplas projeções audiovisuais com ação em performance. A produção de imagens de diversas ordens (experimental, documental, ficcional, videoperformance) foi dispositivo para se relacionar com as

comunidades de diversas maneiras e em diversos momentos distintos, trabalhando com eles tanto a memória de suas vidas por meio de recordações e de imaginações criativas, quanto conjecturando possibilidades de um futuro melhor, ao mesmo tempo que colaborando para nos situarmos no contexto do antropoceno.

Bibliografia

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Heitor denuncia danos causados por transporte de carvão no Pecém. 2015. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/pronunciamentos-ordem-do-dia/item/41915-1606_jm_tl_heitor-ferrer>. Acesso em: 21 out. 2016.

ÂLCANTARA, S. M. P.; AVELINO, F. R. F. Transformações socioambientais: uma visão sobre o desenvolvimento no Pecém. *Revista Gestão & Desenvolvimento*, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2013.

ALCE - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ; CAECE - CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (Org.). *Cenário atual do complexo industrial e portuário do Pecém*. Fortaleza: INESP, 2013.

ARAÚJO, R. C. P. de; FREITAS, K. S. de; ALBUQUERQUE, R. L. de. Impactos socioeconômicos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) sobre os pescadores artesanais, São Gonçalo do Amarante-CE. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. *Anais Eletrônicos do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/260.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

- ARLANDER, A. **Performing Landscape** - Notes on Site-specific Work and Artistic Research (Texts 2001-2011). Acta Scenica 28; Theatre Academy Helsinki, 2012. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/37613/Acta_Scenica_28.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- BECERRA, C. A. Construcción del Puerto Brisa en territorio ancestral, destrucción del cerro sagrado Jukulwa y desconocimiento de los derechos fundamentales de los pueblos indígenas koguis, arhuacos, kankuamos y wiwas de la Sierra Nevada de Santa Marta. *El Otro Derecho*, n. 40, jun. 2009.
- BENNETT, O.; MCDOWELL, C. **Displaced: The Human Cost of Development and Resettlement**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- BJUREBY, E.; BRITTEN, M.; CHENG, I.; KAZMIERSKA, M.; MEZAK, E.; MUNNIK, V.; NANDI, J.; PENNINGTON, S.; ROCHON, E.; SCHULZ, N.; SHAHAB, N.; VINCENT, J.; WE, M. **The true cost of coal: how people and the planet are paying the price for the world's dirtiest fuel**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/australia/en/what-we-do/climate/resources/reports/the-true-cost-of-coal>>. Acesso em: 03 jul. 2011.
- BONET-MORÓN, J.; HAN-DE-CASTRO, L. W. La Mortalidad y Desnutrición Infantil en La Guajira. **Documentos de Trabajo sobre Economía Regional**, n. 255, abr. 2017. Disponível em: <http://www.banrep.gov.co/docum/Lectura_finanzas/pdf/dtser_255.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.
- BROWN, A. **Art and Ecology Now**. London: Thames & Hudson, 2014.
- CABRAL, B. Pó de Carvão Prejudica Famílias no Pecém. *Diário do Nordeste Online*, 2015. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/po-de-carvao-prejudica-familias-no-pecem-1.1441003>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- CASTRO, C. Correia do Pecém está vazando e será velada. *Diário do Nordeste Online*, 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/correia-do-pecem-esta-vazando-e-sera-vedada-1.654948>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- CERNEA, M. Risks, safeguards and reconstruction: a model for population displacement and resettlement. In: CERNEA, M.; MCDOWELL, C. (Ed.). **Risks and Reconstruction**, 33-3, 2008.
- CENTRO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS AMBIENTALES. Pueblo Wayúu: el carbón o la vida. *Ecoosfera*, 2015. Disponível em: <<http://ecoosfera.com/2015/08/pueblo-wayuu-el-carbon-o-la-vida/>>. Acesso em: 19 out. 2017.
- DAVIS, H.; TURPIN, E. **Art in The Anthropocene: encounters among aesthetics, politics, environments and epistemologies**. Open Humanities Press, 2015.
- FUERZA DE LAS MUJERES WAYUU. Tierra, Território y Carbón. Instituto Promocion Estudios Sociales, 2015.
- HASEMAN, B. C. **A manifesto for performative research. Media International Australia Incorporating Culture and Policy: quarterly journal of media research and resources**, n. 118, p. 98-106. Disponível em: <<http://eprints.qut.edu.au/3999/>>. Acesso em: 11. out. 2012.
- HJORTH, L.; PINK, S.; SHARP, K.; WILLIAMS, L. **Screen Ecologies: Art, media, and the environment in the Asia-Pacific Region**, Cambridge, MA: MIT Press, 2016.
- MPX. Energia Pecém. Portal da MPX. Disponível em: <<http://www.mpx.com.br/pt/nossos-negocios/geracao-de-energia/empreendimentos/Paginas/energia-pecem.aspx>>. Acesso em: 21 out. 2016.
- PALOMINO, S. 'El rio que se robaron', lo que está matando a una comunidad indígena en Colombia. *El País*, 2016. Disponível em: <http://cultura.elpais.com/cultura/2016/09/01/actualidad/1472755464_636380.html>. Acesso em: 21 out. 2016.
- PEDROSA, M. Arte ambiental, arte pós-moderna, Hélio Oiticica. In: ARANTES, O. (Org.). **Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 357.

REGATTIERI, L.; CASTAÑEDA, M. Na beira do rio doce: antropoceno e mobilização no rastro da catástrofe. *Climacom - Vulnerabilidade*, ano 3, n. 5, 2016. ISSN 2359-4705.

RODRIGUES, R. Comunidade do Pecém denuncia vazamento de carvão no mar. *O Povo Online*, 2016. Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/ceara/saogoncalodoamarante/2016/01/20/notsaogoncalodoamarante,3564328/comunidade-do-porto-do-pecem-denuncia-vazamento-de-carvao-no-mar.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

VARELA, Á. Uma Nova Chance de Refinaria para o Ceará. *O Povo Online*. 2016. [<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2016/11/15/noticiasjornaleconomia,3669484/uma-nova-chance-de-refinaria-para-o-ceara.shtml>] Acessado em 15/12/2016

YUSHI, M. HONG, S. FUQIANG, Y. The true cost of coal (chinese) Beijing: Coal Industry Publishing, 2008.

Recebido em: 15/06/2018

Aceito em: 15/07/2018

[2] Projeto que teve início em 1985 e ainda sem previsão de conclusão, tendo sido o fundamento para o plano de desenvolvimento do Complexo Industrial do Pecém.

[3] The environment, therefore, is an ecology that we are part of and have a mutual relationship with. It changes as we change, and we both shape and are shaped by it. Such a processual, nonrepresentational understanding of environment is connected to a different understanding of human agency, resilience and the relationality of things (Pink; Lewis, 2014) than the focus on representational categories that we outlined earlier. It invites us to treat both human agency (see Ingold 2013) and interventions in the world as emerging from a processual world that they are part of, rather than being planned out or preconceived to affect a world that is separate from them.

[4] Speaking about the ecology in a broad sense, we often have in mind the ethical component. Festival

participants – artists from eighteen countries – present their video works dedicated to such topics as interaction between organisms and the environment; the maintenance of the ecological balance and environmental catastrophes; the ecology of relationships among people and between humans and animals; social and cultural ecology; alienation from nature and merging with it; environment pollution and natural heritage preservation. These works are poetic and philosophical, exploratory and empirical. They predict the future, delve deeply into the present and peer into the past. [...] Now&After'16 venue, the State Darwin Museum, is one of the largest natural science museums in Europe. The artists complement its extensive scientific collections with their studies.

[5] The environmental costs of coal are the damages resulting from coal extraction, processing, transportation and combustion. These include climate change, air pollution and water pollution, as well as soil degradation. Even under complete property rights systems, free markets and efficient legal systems, these damages would not be avoided. [...] The extraction, processing, transportation and combustion of coal produces wastewater, airborne pollution and solid residue resulting in damage to water systems as well as respiratory diseases in humans. [...] Environmental damages in coal extraction include water, air and noise pollution, as well as impacts on aquifers, water systems and land. Wastewater from coal processing causes water pollution and damages ecosystems. The spread of coal dust, as well as other environmental problems, occurs with coal transportation. Damages from coal combustion include air pollution resulting from dust, NO X, sulphur oxides (SOX), CO2 and mercury. These pollutants would cause respiratory disease and seriously impact public health.

[6] It is clear that these personal accounts, characterized by variety, detail, and strength of feeling, shed valuable light on the multidimensional nature and psychological impact of displacement. And they reveal that the sense of loss that individuals experience when forced to leave somewhere that is full of personally significant memories is profound.

[7] The rather mundane phrase “land-use change” conceals what is in reality a complex series of events and long-lasting processes that trigger rapid and externally enforced socioeconomic, cultural, and political change that affects the lives of many millions of individuals and communities in the developing and rapidly industrializing world annually. Central to the experiences of what

is described in the literature as “development-created displacement” and “involuntary resettlement” is the exercise of power by state authorities, or by private companies with the support of governments, to remove people against their will from lands that have, in most cases, been their primary home or source of livelihood for many generations.

[8] The real source of such repeated failure can be found in the model of development and the exercise of power by governments and agencies granted eminent domain rights over local landowners and users.

[9] In the coal belt of Jharkhand, it is the tribal or adivasi population, especially of Santhals and Oraons, that has been particularly affected by the industry’s rapid expansion since the 1980s. These are people whose livelihoods have been largely dependent on land and forest resources.⁷ For them, the environmental damage and loss of land and common property resources has had severe economic consequences. The forest was crucial to their survival, providing water, fuel wood, fodder, wild fruit, and medicinal herbs. [...] Most described a well-ordered world, built around agriculture, in which everyone had their place and particular occupation.

[10] For most people, the compensation monies, the replacement housing, and the few “company” jobs that were available to eligible households in exchange for land were insufficient to replace those lost assets or to provide a foundation on which new and sustainable livelihoods could be built. Instead we read in Chapter 6 about people who formerly lived in rather remote rural areas, whose life was hard and should not be romanticized as some traditional rural idyll, who were transformed into laborers eking out a precarious and dangerous living on the margins of industrial mines feeding India’s mainly urban economic growth. It is understood that impoverishment affects different groups of people in different ways; displacement and resettlement-induced impoverishment amplifies this dynamic (p. 209).

[11] Most complex part of the displacement and reconstruction process. The term is used to refer to the tearing apart of social structures, interpersonal ties, and the enveloping social fabric as a result of forced resettlement. Cernea and McDowell have described the main elements of community disarticulation as the scattering of kinship groups and informal networks of mutual help. The unraveling of spatially and culturally based patterns of self-organization, social interaction, and reciprocity represents the loss of valuable social capital

that compounds the loss of both natural and manmade capital (p. 12).

[12] A performance pode ser acessada em <https://vimeo.com/190609655>

[13] Several narrators commented that, soon after relocation, a significant number of people died prematurely. The causes of these deaths can not be known but the narrators made a direct link between the experience of relocation and the trauma of losing their land and home. Noshad Khan Tareen, whose words open this chapter, had personal experience of this: I tell you those who were 55 or 60 years of age at that time couldn’t survive beyond two to three years after they left that place. I can quote examples from my own family... I lost [five relatives] because they couldn’t adapt to the change forced upon them. The sources of their earnings were gone; there was unemployment; they had lost everything.